



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

**ATA DA 3ª REUNIÃO DO CONDEL, REALIZADA  
EM 17 DE OUTUBRO DE 2008, NO MUNICÍPIO DE CABO DE  
SANTO AGOSTINHO (PE).**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO  
DA SUDENE, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2008, NO MUNICÍPIO DE  
CABO DE SANTO AGOSTINHO (PE).**

Aos 17 dias do mês de outubro do ano de 2008, às 09h45 minutos, no Salão Principal do Hotel Eco Resort do Cabo, em Cabo de Santo Agostinho - PE, sob a presidência do Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional, Luiz Antônio Souza da Eira, teve início a 3ª reunião ordinária do CONDEL/SUDENE com a presença dos Conselheiros: Exmo. Senhor Wellington Dias Governador do Estado do Piauí (titular); Senhor Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Superintendente da SUDENE (titular); Exmo. Senhor João Bernardo de Azevedo Gurgel, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (suplente); Exmo. Senhor Nelson Machado, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda (suplente); Exmo. Senhor Altemir Gregolim, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (autoridade convidada); Exmo. Senhor Edmundo Pereira, Edmundo Pereira Vice-Governador do Estado da Bahia (suplente); Exmo. Senhor Jackson Lago, Governador do Estado do Maranhão (titular); Exmo. Senhor Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco (titular); Exmo. Senhor Francisco José Pinheiro, Vice-Governador do Estado do Ceará (suplente); Exmo. Senhor José Lacerda Neto, Vice-Governador do Estado da Paraíba (suplente); Exmo. Senhor Teotônio Vilela Filho, Governador do Estado de Alagoas (titular); Exmo. Senhor Belivaldo Chagas, Vice-Governador do Estado de Sergipe (suplente); Exma. Senhora Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales de Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas (autoridade convidada, representando o Exmo. Senhor Governador Aécio da Cunha Neves; Exmo. Senhor José Rufino Júnior, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte (autoridade convidada, representando a Exma. Senhora Governadora, Vilma Maria de Faria); Senhor Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste (titular); Exmo. Senhor João Paulo Lima e Silva, Prefeito do Recife, representante da Frente Nacional de Prefeitos (titular); Senhor Jorge Wicks Côrte Real, Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, representante da Confederação Nacional da Indústria (titular); Senhor Mário Antônio Pereira Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária/PB, representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (titular); Senhor Aristides Veras dos Santos, Presidente da FETAPE e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (suplente) e o Senhor Moisés José de Melo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria dos Calçados/PE e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (suplente). Foram convidados para participarem da mesa como autoridades especialmente convidadas, o Exmo. Senhor João Soares Lyra Neto, Vice-Governador do Estado de Pernambuco e o Exmo. Senhor Fernando Bezerra Coelho, Secretário de Estado de Desenvolvimento



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

Econômico e Presidente de SUAPE. Inicialmente o mestre de cerimonia anunciou a Assinatura da Ordem de Construção do Consórcio do Píer Petroleiro para obras e serviço de engenharia no porto externo de SUAPE, que irá permitir a atracação de navios de até 160 mil t.. Para tanto, foram recolhidas as assinaturas do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Presidente de SUAPE e a do Exmo. Senhor Governador do Estado de Pernambuco. Cumpridas as formalidades, o mestre de cerimônia passou a palavra ao Governador de PE, como Estado anfitrião da III Reunião do CONDEL/SUDENE. Em seu pronunciamento inicial o Governador cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Superintendente da SUDENE, pela realização desta reunião em SUAPE, prestigiando, assim, os trinta anos de criação do complexo portuário e uma homenagem aos Pernambucanos pela sua construção, enalteceu que a SUDENE foi recriada num grande esforço da sociedade Nordestina e do Presidente da República e que ainda está em construção; todos têm a obrigação de contribuir para que a Autarquia surja de forma nova, forte e cumprindo seu papel nesta nova quadra que está se apresentando na economia mundial, com debates não só financeiro como também, acadêmico e num momento em que o capitalismo vive uma crise grave, de mudança de conceitos e fundamentos que varreram o mundo por quase três décadas. Informou, porém, que a crise global encontra um Brasil mais preparado para a adversidade e ressaltou que o Conselho da SUDENE é um Colegiado de grande peso para este momento. Apontou que deveriam ser tomadas medidas para diminuir as desigualdades regionais e o Nordeste tem que crescer mais do que as outras regiões para tentar minimizar tais desigualdades. Voltando à pauta, antecipou que à medida que foi tomada com o Decreto nº 6539 publicado em agosto último, pelo Presidente da República, que regulamenta os incentivos fiscais federais geridos pela SUDENE, sem que ao menos fosse feito um debate dentro do Conselho Deliberativo da SUDENE, ou com o Fórum de Governadores, não tem sido a prática exercida pelo Governo Federal até o momento, informou que elaborou um registro de discordância desde a data de sua publicação e também nesta reunião. Solicitou que retirassem da pauta as questões das PPP's, pois mereceriam debates mais aprofundados, e com o BNB e o BNDES, debate sobre crédito que, no caso do Nordeste cresceu pelo efeito de compra e do crescimento interno com a política do Presidente Lula, explicou não ser contra a política de exportação, mas que, para o Nordeste, é mais importante o crédito para: construção, cadeias produtivas, bolsa família; destacou que o crédito cresceu muito, principalmente no Nordeste, porém é necessário que o Brasil o ajude e o Nordeste fortalecido ajudará o Brasil. Finalizando, desejou uma produtiva reunião. Passou a palavra ao Senhor Luiz Antonio Souza da Eira, Secretário-Executivo do Ministério da Integração, que agradeceu as palavras do Governador de PE, e falou de sua felicidade em ver a SUDENE, recriada e em operação. Teceu palavras de boas vindas, representando o Ministro Geddel, e da impossibilidade de sua presença. Ponderou que, como a Pauta era muito extensa, que deveriam iniciar a reunião de imediato, passando a palavra ao Secretário-Executivo do CONDEL, Senhor Paulo Fontana, que também nomeou e agradeceu com boas vindas aos Conselheiros, o apoio do Governo de Pernambuco, principalmente, do Complexo Portuário de SUAPE e voltou a palavra para o Presidente. Este solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

anterior. O Conselheiro Nelson Machado, representante do Ministério da Fazenda interveio dizendo que o conteúdo estava correto e que concordava em dispensar sua leitura, porém, lembrou que algumas das proposições, que inclusive constavam na ata, ainda não tinham sido incorporadas ao regimento interno, o Comitê Técnico, por exemplo, para que a pauta fosse discutida antes da realização da Reunião do CONDEL. O Presidente retomou a palavra, e determinou que fosse acrescentada ao texto do regimento interno do Conselho a inserção do comitê técnico para debate da pauta e também, como foi conversado entre eles, antecipadamente, que constava também na ata, porém não tinha sido colocada, no texto do regimento, a comunicação prévia a todos Conselheiros antes da utilização do *ad referendum*, portanto, determinou que a Secretaria Executiva do CONDEL incluísse no texto do regimento interno estas considerações e que uma nova versão do Regimento Interno fosse distribuído contendo as solicitações antes da próxima reunião. Senhor Paulo Fontana colocou que a reunião para discussão prévia da pauta com o Comitê técnico foi realizada no dia 25 de setembro, que todos foram convidados, não por telefone, o que farão da próxima vez, pois todos compareceram com exceção dos ministérios da fazenda e do planejamento. Enfatizou, porém, duas informações, a primeira que este pedido de inserção do Senhor Nelson por sugestão dele próprio, foi incorporado no regimento do Comitê de Articulação das Secretarias Estaduais, porém, se não estivesse a contento, poderiam reverter, pois no capítulo VI, art. 50, do regimento interno, diz que a qualquer momento o regimento poderá sofrer modificações em consenso com o CONDEL. O Senhor Eira agradeceu ao Senhor Paulo e acordou que a Ata espelhava o que realmente aconteceu na última reunião e colocava em votação a dispensa da leitura e seu texto para aprovação. Aprovado. O Presidente do CONDEL solicitou o início da Pauta, o Senhor Paulo Fontana, iniciou as considerações sobre o primeiro ponto: 1- Proposição nº 001/2008 - Comitê de Instituições Financeiras – frisou que todas as sugestões foram incluídas no regimento e solicitou sua aprovação. O Presidente retomou a palavra e solicitou as inscrições para as intervenções. O representante da CNA sugeriu que fossem incluídos dois representantes do setor privado/produtivo no Comitê de Instituições Financeiras. O Senhor Paulo Fontana respondeu que, no momento, não seria possível, haja vista que a constituição do comitê está na LP 125 de criação da SUDENE. O Presidente Senhor Luiz Antonio da Eira sugeriu que fossem então convidados, não como membros do Comitê, mas que pudessem assistir às discussões do Comitê de Instituições Financeiras. Indagou se todos concordavam e perguntou se haveria mais alguma observação. O Vice-Governador da Paraíba lembrou que seu Governador solicitou mudança, no inciso 3º do artigo 4º, o que foi prontamente atendido pelo Presidente do Conselho, solicitando a alteração da redação para “analisar semestralmente os resultados do semestre do anterior.” Encerrou as inscrições, colocando em discussão e foi aprovado com as alterações propostas. 2- Proposição nº 008/2008 – Comitê de Articulação das Secretarias de Estado – Senhor Paulo Fontana disse que esta proposição já tinha sido discutida, participando os entes dos estados através de suas secretarias para a SUDENE e discutiram o assunto, exemplificou, entre outros, o debate sobre um plano aeroviário regional e informou que já aconteceram reuniões com os órgãos competentes. Solicitou então a aprovação. Iniciada a inscrição, o Secretário-Executivo do



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

Planejamento, João Bernardo, solicitou alterar o inciso 6º artigo 4º, para que os planos produtivos anuais, os PPAs, de cada Estado fossem integrados ao do Governo Federal. O Presidente sintetizou a sugestão do Planejamento, dizendo que seria para ampliar o texto do inciso 6º, pois no regimento só se refere ao Governo Federal, fosse incluído também os dos Estados. O Conselheiro Nelson Machado lembrou que já tinham uma proposta da redação e sugeriu a leitura, o Presidente Antonio da Eira iniciou a leitura: “discutir e propor ações com vistas a articular políticas públicas, programas e projetos constantes nos planos plurianual e dos orçamentos da União e dos estados da área de atuação da SUDENE, assim como, avaliar e propor indicadores de metas compartilhadas que atendam às particularidades e às realidades da região.” Em outra observação, o Ministério do Planejamento solicitou a supressão do inciso 11º, deste mesmo artigo, já que iria fazer parte do regimento interno do CONDEL. O Presidente colocou em votação essa nova redação proposta pelo Ministério do Planejamento para o inciso 6º do artigo 4º com a supressão do inciso 11º. O Presidente pois em votação, Aprovado com as devidas alterações. 3 – Proposição nº 009/2008 – atualização do FNE/Proinfra – O Presidente do CONDEL lembrou as considerações feitas pelo Governador Eduardo Campos, e concordou que mereceria um debate mais profundo sob o ponto de vista jurídico, para evitar que houvesse alguma distorção e solicitou que os demais Conselheiros fizessem suas considerações: o Governador Eduardo campos ressaltou que caberia a este Conselho, aprovar até o dia 15 de dezembro a proposta da programação financeira para o exercício seguinte, lembrou também que como o CONDEL não estava ativado, as anteriores foram aprovadas pelo Ministério da Integração e foram escolhidos o destino do FNE/PROINFRA às áreas de geração e distribuição de energia, saneamento, oferta de água, meio de transporte, telefonia fixa e móvel, exploração de gás, e nesta proposição, para o ano vindouro, estão sendo contemplados os laboratórios e hospitais, complexos prisionais e, também, sobre as PPPs, o Governador Eduardo Campos explicou que no fórum dos governadores, ocorrido há 4 meses atrás, reuniram-se equipes de planejamento, da fazenda e da casa civil e que já estava em análise um pleito, no Ministério da Fazenda, sobre a legislação das PPPs, que só permite que o fundo garantidor do Estado represente até 1% da receita corrente líquida, o que representa um entrave para o volume de PPPs e que seria necessário deixar uma margem prudencial, ocasionando uma penalização aos estados que deixariam de realizar uma série de importantes ações para o equilíbrio fiscal. Esclareceu que já existem estados, na área de atuação da SUDENE, que já estão rodando projetos nestes setores, como Pernambuco e Minas Gerais na área prisional, Maranhão na área hospitalar, com PPPs, e que, colocados na lista do Proinfra, passariam a ser financiados de 12 para 20 anos, de maneira que o fundo garantidor diminuiria, portanto, esta é a essência do pleito que está na proposição, ressaltou que precisaria de um olhar jurídico em relação às diferenças entre as PPPs de serviço e o debate sobre a necessidade de rever a margem de 1%, e sugeriu que após esta discussão técnica, o Conselho pudesse aprovar com o instrumento de *ad referendum*, tendo em vista o prazo legal até 15 de dezembro. Interveio o Vice-Governador do Ceará, argumentando que em seu Estado houve um apelo jurídico sobre a questão dos setores prisionais serem geridos por setores privados, e o Ministério Público determinou um



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

prazo para que o Governo assumisse a gestão, desta forma, seria preciso deixar claro, juridicamente, se setores fins poderiam ser geridos pelo setor privado, pois seriam atribuições típicas do Estado, colocou que isto na proposta não estava transparente e sugeriu retirar da pauta, para não haver questionamentos de ordem constitucional. O Presidente do CONDEL concordou e reforçou que estavam falando sobre a questão de infraestrutura, especificamente sobre a construção e/ou modernização dos complexos prisionais e hospitalares, não é a questão da gestão e que esta, de fato, tem que ser conforme a Constituição. Continuando, determinou que era preciso separar a questão de serviços da questão da construção, ou da infra-estrutura propriamente dita, e propôs uma reunião na próxima semana em Brasília, junto às procuradorias jurídicas, e que essa questão fosse decisiva para se conhecer até onde se pode fazer o aporte do FNE/ PROINFRA e, conforme a sugestão do Governador de PE, que houvesse um acordo para que o Conselho fizesse a aprovação sob *ad referendum*, lembrou que esta proposta seria para a partir do ano que vem, não trazendo nenhum prejuízo do que se quer e que provavelmente se teria uma reunião extraordinária do CONDEL, em dezembro, para ser discutido o FNE. O Conselheiro Nelson Machado concordou com os cuidados com a questão jurídica concernentes às PPPs, porém, que o objetivo geral é melhorar o sistema prisional do País e era preciso ter investimentos nesta área, o que poderia ser conseguido com o PROINFRA, com a redução do limite de 1% para efeito de PPPs, mas, que caberia lembrar que o limite é de 1% por ter um objetivo óbvio, pois toda vez que se faz uma PPP - que é uma forma de concessão de serviço onde a administração, ao invés de receber, paga-se para complementar os custos - significaria um comprometimento de receita de longo prazo, portanto, precisava-se ter um limitador, que 1% era um pouco estreito, porém, 5% seria demais. Concluiu que seria importante que a Bancada Nordestina no Congresso Nacional pudesse fazer uma emenda, consensuada com o Conselho, o que facilitaria sua aprovação. Desta forma sugeriu que na reunião técnica fossem discutidas as duas coisas na forma que o Governador Eduardo Campos colocou. O Presidente Senhor Antonio da Eira encerrou a discussão, e determinou para aprovação que após esta reunião técnica no Ministério do Planejamento em Brasília, havendo uma solução jurídica, que o Conselho delegasse ao Presidente fazer a aprovação *ad referendum*, e na próxima Reunião do CONDEL, seja a decisão, simplesmente referendada. Aprovado. 4- Proposição 010/2008 – Atualização do FNE/Rural - o Senhor Paulo Fontana explicou que esta proposição basicamente estende o prazo de financiamento de 12 para 24 meses. Ponderou que este prazo ainda não seria suficiente para, por exemplo, os produtores que necessitem reter suas crias para a engorda. Esta proposição foi um pedido do BNB e, elaborou-se uma nota técnica; explicou que se for aprovado entraria em vigor já em 2008. Sugeriu ao Presidente que para 2009, este prazo pudesse ser maior, pois esta área depende de vários fatores, clima, genética, e que no Nordeste, seria preciso continuar o melhoramento da genética, o que não se alcançaria com menos de 30 meses no geral. Porém, a proposição alteraria para 24 meses, pois nas outras regiões do país já se trabalha com este prazo. Iniciada a discussão o representante da CNA colocou mais um argumento para expandir o prazo: a retenção do pasto. O Presidente concordou e informou que já fazia parte do texto da proposição. Em votação, Aprovado. 5 -



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

O Presidente ressaltou que, para as duas próximas proposições de nº 011/2008 e a 012/2008, gostaria de atualizar os Conselheiros sobre os Decretos 6539, 4212 e 4213, que são fundamentais para o desenvolvimento da Região. Informou da existência de uma comissão formada no âmbito do Governo Federal, com representantes dos ministérios do planejamento, integração, e das Instituições SUDENE e SUDAM, e que já seria consenso com a Receita Federal que seria preciso fazer alterações em seu texto. Esta discussão estaria bem avançada e logo se teria uma proposta. Desta forma, os Conselheiros teriam uma semana para enviarem suas sugestões para a SUDENE sistematizá-las e apresentá-las à Comissão e esta, teria 2 dias para finalização. Pois, ressaltou o Presidente, todos deste Conselho já têm a certeza da necessidade da modificação urgente deste Decreto. Passou a palavra para o Senhor Paulo Fontana que explicou que a discussão seria sobre os dois Decretos, porém, o 6539 teria urgência, informando que, da forma que está, extinguiu, praticamente, incentivos para a modernização, ampliação e diversificação dos empreendimentos da Região. Continuou explicando que o outro Decreto seria para modificar as prioridades setoriais, olhando para os impactos concernentes ao Ministério da Fazenda, destacando a necessidade de análise dos impactos fiscais, mas que essas novas prioridades seriam indutores de novos tributos. O Senhor Paulo Fontana, apresentou de forma didática os prejuízos com a entrada do Decreto 6539, mostrando as modificações provocadas para cada tipo de incentivo. Ressaltou que um pleito aprovado, em maio deste ano pela SUDENE, foi negado pela Receita Federal, com base no novo Decreto e que este foi publicado em agosto e, ressaltou, que as empresas que detinham este benefício desde 2000 teriam que se reestruturar para adequação ao novo Decreto. A fala do Superintendente teve o endosso de todos os Conselheiros. O representante da CNC frisou que o Decreto tinha sido elaborado sem a anuência dos técnicos da SUDENE; o representante da CNI ressaltou que este Decreto é prejudicial ao setor empresarial e solicitou uma cópia desta minuta para enviar as sugestões e sugeriu que os assuntos importantes para o desenvolvimento do Nordeste fossem discutidos anteriormente com o Conselho e que este Colegiado se tornasse também consultivo além de deliberativo. O Presidente agradeceu e concordou que estes comitês para reuniões prévias poderiam ter esta finalidade e que fosse encaminhada, já na segunda-feira, a minuta a todos os Conselheiros. O Governador Eduardo Campos afirmou: “ninguém defende este Decreto. Ele foi um equívoco, uma monstruosidade contra o Nordeste” e, projetos importantes estavam parados na SUDENE por já 70 dias. O Governador Teotônio Vilela, colocou que deveria ser revogado de imediato e em paralelo, a comissão formada, continuaria com as discussões para sua modificação. O Presidente esclareceu que iria ser votado o decreto 6539 e depois o 4213 e, sobre o pedido do Governador de Alagoas, para conseguir a revogação do 6539 seria necessário discussões por se tratar de ato do Presidente da República, o que foi acordado. O Secretário-Executivo, Senhor Nelson Machado intercedeu entendendo que o Governador Teotônio Vilela gostaria que priorizasse no grupo de trabalho o 6539 e depois o 4213, o Governador disse que sua preocupação era o com fator tempo, pois o tempo para a SUDENE é premente de um modo geral, além de se preocupar com o longo prazo, teria que se preocupar com o curto e médio prazo. Destacou que as reuniões do Conselho são muito



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

importantes e que sempre se fará presente, pois os estados precisam ficar ligados por 24 horas para se ter uma SUDENE que trabalhe efetivamente, destacando o quadro de servidores da SUDENE e o Plano de Cargos e Salários, frisando que está a um bom tempo no Ministério do Planejamento. O Governador, concluindo, disse que a SUDENE foi criada, deve-se aparelhá-la para, assim, ter-se o resultado esperado. O Governador do Piauí concordou com a necessidade da priorização e da urgência, e indagou ao Senhor Nelson Machado, qual seria a previsão para que o grupo de trabalho chegue à decisão final, pois o Conselho teria que sair da reunião sabedora deste prazo para poder tomar outras iniciativas. O Senhor Paulo Fontana, Superintendente da SUDENE, agradeceu as considerações e destacou que o grave problema sobre o quadro funcional é o tamanho, que era o mesmo de 7 anos atrás, ou seja, o quadro atual é de apenas 60 técnicos nível superior, e que a SUDENE tem tarefas grandes e importantes para desenvolver. Ressaltou que, de fato, a Autarquia precisa ter a aprovação do Plano de Carreira que está no Planejamento e da complementação da Estrutura Regimental que está no Congresso, ainda sobre o decreto 6539, o Superintendente explicou que, junto com o Ministro Geddel Vieira Lima, fixou um prazo de resolução de 30-45 dias aos empresários e não tinha sido cumprido. Completou, colocando que na Diretoria da área, em torno de 500 análises já em espera, e esta demanda aumentava com o passar dos dias e que para realizar estas análises, a SUDENE contava com apenas 6 técnicos na área de incentivos. O Governador Eduardo Campos interveio dizendo que acreditava que só poderia ter acontecido algum engano da receita federal, na sua elaboração (6539), mas que tomou forma de Decreto do Presidente da República. Desta forma, sugeriu fazer uma Moção ao Presidente da República no sentido de que determinasse o mais rápido possível à alteração do Decreto, de maneira que o Conselho marcaria sua posição política, deixando não só a questão com o Ministério da Fazenda, que foi vitimado, neste episódio, da mesma forma que os Estados Nordestinos. O Governador de PE considerou que quando o Ministério da Fazenda for discutir incentivo fiscal regional teria que discutir com o poder político da região afetada (CONDEL da SUDENE, Fórum dos Governadores), a falta desta consciência política às vezes contrariava a opinião do Ministro e do próprio Presidente da República e sustentou a elaboração da Moção, se fosse consenso dos Conselheiros. O representante da Frente Nacional dos Prefeitos, Senhor João Paulo complementou que este Decreto estava contrariando todo o objetivo do Presidente Lula de retomada de uma SUDENE que desenvolvesse o Nordeste para se integrar ao conjunto de regiões do Brasil e ponderou que, quando isso for explicado detalhadamente ao Presidente, este entenderia, pois muitas vezes não se tem tempo de estar acompanhando pari passo os desdobramentos, ressaltou ainda, que o empenho do Presidente Lula é grande e exemplificou que pela primeira vez, talvez, na história da SUDENE estavam sentados como membros do CONDEL a representação de Prefeitos municipais e dos trabalhadores sinalizando, assim, a representação dessas forças, de forma que concordaria que fosse enviada a Moção para o Presidente com cópia para o Ministério competente tomar conhecimento dessa deliberação. O Presidente do CONDEL passou a palavra, a pedido, ao Senhor Nelson Machado que disse que existiriam várias maneiras, umas mais fáceis e outras não, concordou que as soluções que foram apontadas no Conselho poderiam ajudar,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

mas gostaria de reafirmar que, independentemente da posição política que o Conselho pudesse deliberar para o Presidente da República, a importância da priorização às discussões sobre o 6539 pelo Grupo de Trabalho, pois, ficando somente com a Moção, esta iria correr vários lugares e iria aportar no Grupo Técnico constituído pelo Presidente do CONDEL, e representantes da SUDENE, Fazenda e Planejamento. Esclareceu a dificuldade de revogação para o *status quo* do anterior e que eram precisos avanços técnicos nesta questão, voltando a sugerir que a discussão sobre o 6539 fosse priorizada, e ainda, frisou ao Governador de Pernambuco que seria importante que houvesse, inclusive, fraseando as palavras do Ministro Guido Mântega, uma separação entre a política tributária e administração tributária, o que estaria já ocorrendo, paulatinamente, no Ministério da Fazenda. O Presidente do CONDEL retomou a discussão e determinou que houvesse a votação para o envio da Moção do Conselho redigida pela SUDENE e sobre a sugestão da priorização do 6539 pelo Grupo de Trabalho, os Conselheiros teriam uma semana para envio de sugestões, outra para consolidação e consenso pelo Grupo de Trabalho e até o final do mês se teria um fechamento. Aprovado. O Conselheiro Nelson Machado ressaltou que o Ministério da Fazenda, se abstinha da Moção. O que foi concordado pelo Presidente do CONDEL. O Senhor Paulo Fontana lembrou ao Presidente que, da mesma forma, o Conselho deveria argumentar mais fortemente sobre o Decreto 4213. O Presidente determinou que a SUDENE representasse o Conselho para trazer estas discussões dentro deste Colegiado. O Presidente perguntou sobre as considerações dos Conselheiros sobre o Decreto 4213 que define os setores prioritários. A palavra foi solicitada pelo Vice-Governador do Ceará que abordou que, além da nota técnica, existia uma minuta do Decreto 4213. O Senhor Paulo Fontana, interferiu e solicitou que esta minuta fosse retirada do material da pauta, pois estavam ainda em processo de discussão. O Estado do Ceará indagou quando e onde seriam discutidos os setores prioritários e o Senhor Paulo Fontana, explicou que primeiro seria solicitada uma autorização no sentido de que um grupo, formado pela SUDENE e demais Instituições, fizesse uma profunda discussão, por ser um Decreto publicado em 2002 e de existirem dúvidas interpretações para alguns conceitos como “projetos estruturantes e projetos estruturadores”, aquicultura e piscicultura como completamente diferentes, entre outros, para assim poderem trazer os estudos para o CONDEL. O Vice-Governador do Ceará recomendou então a inclusão do setor de ciência, tecnologia e inovação, pois naquela minuta não estaria contemplado e que seria fundamental que este grupo se debruçasse sobre este setor, reconhecendo sua importância para a Região Nordeste. Destacou que esta área, no item 6 da minuta, é tocada de forma confusa sem nada dizer. O Presidente, Senhor Antonio da Eira, solicitou veemente que constasse na Ata de forma explícita que, logicamente concordado com os demais estados, os setores que trabalham ciência, tecnologia e inovação, sejam contemplados de forma clara na regulamentação dos setores estratégicos prioritários para os incentivos fiscais. Neste momento, o Senhor Paulo Fontana adicionou dados sobre o Fundo Regulamentado da SUDENE, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) que a cada liberação, 1,5% desses recursos seriam destinados para ciência, tecnologia e inovação. O Presidente agradeceu a informação e solicitou que se fizesse um estudo, quanto à inclusão de setores



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

das prioridades setoriais no Decreto, bastante denso sobre os impactos fiscais e, logicamente, de forma responsável, pois o que se queria era o desenvolvimento do Nordeste e o CONDEL da SUDENE teria que trabalhar nesta linha. Voltou ao âmago da proposição solicitando a autorização deste Conselho para a SUDENE realizar estes estudos em nome do próprio Conselho e que traria para a próxima reunião a proposta de alteração do Decreto 4213 contendo os setores entendidos como prioritários. Ainda sobre o assunto, a Secretária de Estado de Minas Gerais, Elbe Brandão, colocou que não só o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, mas que o Conselho trouxesse para SUDENE, o papel de reestruturação e o empoderamento das estruturas existentes de ciência, tecnologia e inovação, exemplificando o Instituto Celso Furtado. Para finalizar, comungou com o Governador de PE, em relação ao Decreto 6539, frisando que se tratou de uma mudança de postura da história política de desenvolvimento para o Nordeste deste Governo Federal e que tinha a absoluta certeza que o Presidente da República não sabia ao fundo do que se tratava. Pedindo a palavra, o Vice-Governador da Paraíba sugeriu também a inclusão do artesanato para prioridades do Decreto 4213, argumentando que dos seus 223 municípios, mais de 100 sobreviviam, praticamente, das atividades artesanais. Senhor Paulo Fontana explicou que os incentivos fiscais não se tratavam de recursos dados e sim gerados do imposto de renda da empresa, a redução do imposto é concedido sobre o lucro real e que no caso do artesanato seria inócuo ou prejudicial para quem escolhesse esta opção em sua declaração do Imposto de Renda, e que esta linha de benefício da SUDENE, não conseguiria alcançar os pequenos produtores de artesanatos. O Vice-Governador da Paraíba solicitou que se fizesse uma pesquisa para saber das novas vocações, das cadeias e arranjos produtivos locais, e que elegessem esta prioridade, logicamente, sendo precedida de pesquisa. O Presidente do CONDEL concordou e disse este era o cerne da Proposição, ou seja, que todos os setores prioritários fossem precedidos de estudos. O Vice-Governador da Paraíba insistiu em colocar que seu Estado já fez este estudo e que o artesanato foi indicado como um dos setores responsáveis pelo crescimento da economia do Estado, e sugeriu a alteração no dispositivo. Em seguida, o Governador do Piauí destacou que, além da autorização, estavam sugerindo atividades setoriais para o Grupo de Trabalho, desta forma, ressaltou que, atualmente, existiam diferenças que deveriam ser consideradas, haja vista que os pequenos não atuavam mais de forma isolada, que aconteceram mudanças significativas e exemplificou que a partir de empresas âncoras coligadas com um conjunto de pequenas empresas, o artesanato poderia ser um precursor importante para o produto final, como o caso, em seu Estado, dos artesanatos elaborados da Opala. O Superintendente Paulo Fontana concordou com esta ótica, mas lembrou outro instrumento de ação da SUDENE, como os convênios, que poderiam ser utilizados, mas certamente, que as sugestões da Paraíba e do Piauí mereceriam ser analisadas. O Presidente do BNB observou que esta discussão era em cima de um Decreto que há 6 anos não era atualizado e que na época já era anacrônico fazer “desenvolvimento” por análise setorial. Continuou, informando que o ETENE tipificou cadeias produtivas, e que poderiam trabalhar integrados com outras instituições, porém, lembrou que a alteração do Decreto tem que servir para algo e que deveria ser feita com visão crítica de que não se poderiam colocar todos os



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

setores existentes já que a análise setorial não é suficiente quando se pensa em um processo de desenvolvimento produtivo e de inovação. O Presidente do CONDEL achou bastante importante esta intervenção do BNB e determinou que o Grupo de Trabalho buscasse este estudo junto ao ETENE para a realização das definições destas prioridades. Não havendo mais intervenções, determinou a votação para que a SUDENE possa agir em nome do CONDEL na questão da definição dos setores prioritários com relação aos incentivos. Aprovado. Neste momento o Secretário-Executivo do CONDEL, Senhor Paulo Fontana, informou ao Presidente uma extrapauta apresentada pelo BNB: Proposição 013/2008 - Elevação de limites de financiamento por porte de empresa do Programa NORDESTE EXPORTAÇÃO (Nexport) no Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) de 2008 – Após o de acordo do Presidente para a inclusão da extrapauta, o Senhor Paulo Fontana explicou que esta proposição foi recebida tardiamente, porém a Secretaria Executiva do CONDEL teria o papel de trazer o assunto. Explicou que o pedido do Senhor Roberto Smith, de ampliação do limite de financiamento, foi devido a diminuição do crédito à exportação para 80%. O Senhor Roberto Smith, solicitou assim, a ampliação do limite de crédito a exportação para além das micro, pequenas e média empresas, às de grande porte, e que fosse aumentado de 90 para 180 mil para as micro empresas no semi-árido, para as pequenas de R\$350 mil para R\$1,5 milhão, para as médias de R\$500 mil passaria para R\$10,0 milhões, e criou para a grande empresa um limite de financiamento de até R\$40,0 milhões. O Senhor Paulo ainda esclareceu que este limite ficaria válido até 31 de dezembro de 2008, e que seria feito uma nova avaliação, dependendo do contexto nacional. O Presidente do CONDEL passou a palavra para o Conselheiro Roberto Smith para complementar o detalhamento desta proposição, iniciando que este programa faz parte do Nordeste Exportação, ressaltando que estaria dentro da visão que o comércio exterior é extremamente importante para o desenvolvimento regional e que diante do rareamento do crédito que está se enfrentando e com a estratégia de se poder fomentar neste Conselho o financiamento e aquisição de equipamentos e insumos de empresas nordestinas também exportadoras, foram aprovados pelo Banco do Nordeste este aumento do limite de crédito. Ressaltou que estes limites seriam para a área do semiárido, e que fora desta área os limites seriam um pouco rebaixados conforme a instrução de R\$350 mil até R\$30,0 milhões, conforme o porte da empresa. Finalizou, abrindo para audição dos demais Conselheiros. Voltando com a palavra o Presidente do CONDEL, colocou em discussão. O primeiro a se inscrever foi o representante da Fazenda, Secretário-Executivo Nelson Machado, colocando que o Ministério da Fazenda apoia integralmente a análise realizada pelo Senhor Roberto Smith, que realmente era preciso liberar crédito à área exportadora e que a linha de crédito deveria ser ampliada, apenas ressaltou que os limites não deveriam ser tão elevados, pois poderiam beneficiar 10 ou 15 empresas, tomando todos os recursos, assim a sugestão do Ministério da Fazenda era que fossem multiplicados por “3” os limites já existentes. Neste momento, pediu a palavra o Presidente de SUAPE, Secretário Fernando Bezerra Coelho, que manifestou sua concordância com o Senhor Roberto Smith, “pois o setor exportador vem sofrendo por falta de recursos e que esta decisão do BNB vem na linha de poder assistir o setor exportador da Região que é geradora



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

de emprego”, ressaltando que era mantenedor do ritmo de crescimento da economia, e colocou apenas uma ponderação quanto ao limite de 31 de dezembro ser muito curto; exemplificou que o setor sucro-alcooleiro de Pernambuco e de Alagoas está vivendo o auge de sua exportação até o mês de março; o setor de frutas do Vale do São Francisco até o mês de fevereiro, etc. Louvou a iniciativa do BNB, e que o Governo Federal já vinha assistindo o setor exportador nacional através do BNDES e concluiu que esta medida deveria ter urgência total. Senhor Paulo pediu um adendo, esclarecendo que o prazo seria até 31 de dezembro se não houver nenhuma modificação, estes limites poderiam continuar, conforme for a decisão do Conselho, complementou que estavam discutindo a programação de 2008 e que já na próxima reunião do CONDEL estará na pauta a discussão para a programação do FNE para 2009, e que estes limites serão acompanhados sempre dentro do contexto. O Senhor Roberto Smith, concordou com o Senhor Paulo Fontana, justificando a premência **da extrapauta senão, aguardaria-se a próxima reunião para a discussão da programação do ano que vem.** O Presidente do CONDEL, Senhor Antonio da Eira, ressaltou que este era um caso concreto para firmar a importância da SUDENE e deste Conselho e nesta reunião, de certa forma se fazia história, pois no momento em que o país passava por certa dificuldade este Conselho respondia a tempo e a hora a essas questões e isto demonstrava para toda sociedade brasileira a importância da recriação da SUDENE e, conseqüentemente, do CONDEL. Prosseguindo, o Presidente Senhor Antonio da Eira solicitou uma salva de palmas ao Senhor Roberto Smith pela iniciativa. Neste momento, o Senhor Nelson Machado pediu a palavra e lembrou sua sugestão sobre a preocupação do limite de crédito, que deveriam ser aumentados em 3 vezes. O Senhor Roberto Smith esclareceu que o aumento dos limites não era linear por categoria de porte de empresa, de forma que, para contemplar um número maior de empresas beneficiárias, se faria uma redução dentro do caráter de proporcionalidade. O Governador Eduardo Campos, pediu outra intervenção para lembrar que o número de empresas exportadoras no Nordeste já era bastante limitado e sugeriu a aceitação da proposta do BNB, do que fazer de forma linear multiplicando por 2 por 3 ou por 4, frisou que o BNB teria bastante sensibilidade para demonstrar o que seria mais correto para a Região, pois os setores sucro-alcooleiro, petróleo, gás, calçados iriam passar por grandes dificuldades. Portanto, ponderou que este limite não poderia ser fixado a luz da sugestão que foi trazida pelo Ministério da Fazenda, apesar de compreender a ótica de que poderia ser contemplado o maior número de empresas e, terminou, afirmando de que se fosse para escolher entre as duas propostas ficaria com a do BNB, ou fosse criada uma alternativa, porém pelo próprio BNB, que teria elementos mais próximos da realidade exportadora da Região. O Secretário-Executivo, Nelson Machado, concordou com a colocação do Governador de PE, e achou que a argumentação do Senhor Roberto Smith estava mais adequada para realizar a diminuição do limite de crédito. Concordou que esta proposição teria que ser aprovada nesta reunião, ou que, o mais rapidamente possível, o BNB apresentasse uma nova proposta. O Presidente do BNB destacou de que não pretendiam beneficiar apenas as grandes empresas, achou que seria de bom alvitre diminuir o limite para as empresas de maior porte, isto já contemplaria grande parte e propôs multiplicar por 4, o que tornaria o teto das grandes empresas no semi-árido em 20 milhões e



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

fora do semi-árido 15 milhões. O Conselheiro representante da Frente Nacional dos Prefeitos, João Paulo, solicitou só para reflexão, pois não tinha ficado ainda claro, se houvesse um projeto altamente estratégico para a região, e que custasse 40 milhões, necessariamente não seriam 10 projetos de 40 milhões. Deixou para reflexão que dependeria da sensibilidade política em relação ao processo. O Presidente do CONDEL retomou a palavra e entendeu que a proposta do BNB seria: para o semiárido: micro -180 mil, pequena - 1,5 milhão, média - 10 milhões e grande - 20 milhões; fora do semiárido: micro - 135 mil, pequena - 1,125 milhão, média - 7,5 milhões e grande - 15 milhões. Perguntou, ao BNB, se gostaria de fazer algum comentário em relação à preocupação do Senhor Prefeito, e o Senhor Roberto Smith lembrou que os critérios de aquisição de crédito eram compostos de todos os elementos, como as análises de risco sobre o limite de crédito, e que em uma conversa prévia nos argumentos junto ao Ministério da Fazenda, explicou que tinha que ser feito um ajustamento e que o BNB procurou uma maior equalização com o qual o sistema bancário já vinha atuando. Voltando com a palavra, o Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Integração e Presidente do CONDEL, voltou a frisar que era uma proposta até o final de 2008 e que para 2009 seria pautado, ainda este ano, e nova discussão e poderia ser revisto. Portanto, colocou em votação para aprovação com a proposta de ampliação, reduzindo apenas para o caso das grandes empresas. Aprovado. Na sequência, o Presidente Senhor Antonio da Eira colocou que, devido a uma extensa pauta de apresentações e pelo adiantado da hora, solicitaria aos expositores o mínimo tempo possível para suas explanações. Chamou o Superintendente da SUDENE, para iniciar com as informações sobre o Projeto da Ferrovia Transnordestina, solicitou antes, porém que fosse distribuído para os Conselheiros a minuta sobre o FNE para 2009, que seria discutido na próxima reunião. O Senhor Paulo Fontana iniciou mostrando o histórico da Transnordestina desde 1997, e que a SUDENE tinha abraçado esta causa com mais de 50% dos recursos do financiamento, informou os principais objetivos, entre eles, a integração intra e inter-regional, a interiorização do Desenvolvimento, a atração de investimento decorrente de sua instalação e a redução do custo Brasil. Mostrou todo o traçado da ferrovia, bitolas por trecho e a recuperação de alguns trechos, totalizando 2.278km, fora a interligação com outras ferrovias e para breve o Projeto de Ilhéus, entre outros como o trecho para Petrolina. O custo total do Projeto estava na ordem de R\$5,0 bilhões e, da SUDENE, através do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), em torno de R\$2,672 bilhões. Informou também as questões importantes que fizeram gerar o atraso do projeto que se deveu às definições das fontes de recursos, do prazo de execução, de pendência fiscal na Empresa, da conversibilidade em debêntures, ficando assim travado por 4 a 5 meses. E finalizou ressaltando as garantias que a legislação do FDNE exigia, e o orçamento que era de 2004, neste caso, tinha sido contestado pela SUDENE e ,chegou-se ao orçamento real para 2009, e se ultrapassado, seria complementado por recursos próprios e não da União. Ressaltou o prazo de financiamento que seriam por 18 anos. Sobre a análise de viabilidade econômica, informou que o BNB aprovou e estaria enviando para a SUDENE para aprovação e assim liberar a parcela inicial pelo BNB. O Presidente do CONDEL agradeceu e passou a palavra para o Ministro Gregolin que agradeceu esta



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

oportunidade e ressaltou que solicitou este espaço na Reunião do CONDEL/SUDENE por ser o Nordeste a região de maior número de pescadores, em torno de 300 mil, e de potencial muito grande de pescado como o Atum e afins, e na aquicultura, camarão, tilápias, bijupirá (piscicultura marinha), entre outros. Falou da Política de Estado para desenvolver a cadeia produtiva do pescado e a vantagem na sua produção, inclusive no semiárido com açudes e reservatórios gerando alternativas de fonte de renda. Fez uma explanação sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca 2008/2011, e que de acordo com o Plano, a produção de pescado deverá ter um aumento de 40%, devendo passar de um milhão de toneladas para R\$1,4 milhão por ano. Mostrou que serão construídos 120 centros integrados da pesca artesanal e de aquicultura nas comunidades e colônias de pescadores de todo o País, organizando a produção e aumentando a renda e capacitação dos que vivem da pesca. Para viabilizar essas ações, o Ministro da Pesca informou que assinará convênios com o Ministério da Integração, Ministério do Trabalho, IBAMA, EMBRAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, CONAB e outras instituições. Finalizando o Ministro após, argumentar os motivos do pleito, solicitou o apoio dos governadores para junto às bancadas conseguir aprovar o Projeto de Lei que transforma a Secretaria em Ministério e, também, a aprovação de quadro próprio funcional e do plano de cargos e salários, assim como a parceria necessária devido à perspectiva positiva dessa atividade. O Presidente do CONDEL agradeceu e cumprimentou a explanação, solicitando que o Ministro Senhor Gregolim mantivesse o CONDEL sempre informado do Programa Mais Pesca e Aquicultura à medida que fosse implantado. Neste momento o Presidente do CONDEL convidou o Exmo. Senhor. Ministro do Turismo para que assumisse lugar na mesa do Conselho. Passada a palavra para o Secretário-Executivo do CONDEL, Sr Paulo Fontana convidou o Ministro da Pesca para uma parceria no âmbito de capacitação em marinha mercante, marcando reunião para fechamento dos detalhes. O Senhor Antonio da Eira passou para o próximo palestrante, Senhor Roberto Smith, que solicitou que sua apresentação, concernente ao FNE, envolvendo também a programação para 2009, fosse transferida para a reunião extraordinária do CONDEL para poder abrir um debate mais produtivo e distribuiu a programação do Fundo Constitucional para 2009 para a leitura dos membros do CONDEL, antes da discussão na próxima reunião extraordinária. O Presidente Antonio da Eira concordou e passou a palavra para o Governador do Piauí que tinha pedido a palavra para que pudesse fazer, em tempo, um pleito de que a SUDENE implantasse um Grupo de Trabalho para dar um parecer sobre a definição da região do semiárido, pois cada instituição trabalhava com uma área diferente e caberia à SUDENE definir e universalizar o desenho desta região. O Senhor Paulo Fontana colocou que, como foi aprovado hoje o regimento interno do Comitê das secretarias estaduais, uma reunião seria agendada para discutir o redesenho do semiárido, visto que atualmente, ressaltou Senhor Paulo Fontana, a SUDENE tem estudado critérios relativos aos índices de precipitação menor que 6 mm, de aridez menor que 0.5 e também ao histórico de chuvas que recorreram com menos de 60% no período de 1977 a 1999, portanto, lembrou que vem requerendo ao Senhor Antonio da Eira, pessoal para terminar o trabalho. O Governador Wellington disse que tinha cobrado ao Secretário-Executivo do Planejamento, e este lhe informou da necessidade de primeiro



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

ser aprovado o Projeto de Lei que está em tramitação no Congresso, e ainda, ressaltou o Governador do PI, que iria estar junto com a SUDENE nesta caminhada. O Senhor Paulo Fontana ressaltou também ao Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento a existência do Plano de Cargos e Salário da SUDENE em seu Ministério e solicitou que desse prioridade para o seguimento dos procedimentos cabíveis. O Presidente retomou a palavra e repassou para o próximo palestrante, o Diretor de Planejamento da SUDENE, Senhor Saumíneo Nascimento que fez uma colocação bem objetiva sobre a rede nordeste de biotecnologia (Renorbio) e sobre o Plano Regional de Desenvolvimento e reforçou a carência de equipe técnica que o impede de elaborar o Plano de Desenvolvimento Regional e que, após reunião realizada com os Secretários de Planejamento e o Ministério da Integração, tinha sido elaborada uma agenda, tendo a necessidade de o Ministério da Integração disponibilizar recursos para a contratação de dois consultores que já iniciaram seus trabalhos e informou que técnicos da SUDENE iriam ao ETENE/BNB, que também iria apoiar na contratação de mais um consultor, para ser realizado um acordo de cooperação técnica com o ETENE, para disponibilização de alguns dados e, que até março/2009, esperaria ter um espelho do que será este Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, ressaltando que poderia ter sido bem mais acelerado se a SUDENE tivesse uma estrutura adequada ao que lhe compete por lei. O Presidente retomou a palavra agradecendo ao Dr. Saumíneo e ressaltou que o próximo item da pauta tinha ficado decidido que a SUDENE faria o estudo sobre os setores prioritários. O Governador do Piauí pediu a palavra e colocou a sobre a necessidade da posição da SUDENE e BNB, sobre uma maior integração na questão da Renorbio, e quis deixar registrado que se tenha na próxima pauta uma prioridade para este tema. O Presidente acolheu a sugestão do Governador e pediu à Secretaria Executiva da SUDENE que registrasse em Ata que já estaria aprovada a inclusão na pauta da próxima reunião a questão da Renorbio. O representante da CNA, em tempo, quis colocar a importância da Transnordestina, pois iria facilitar o setor agropecuário, também o transporte dos grãos. Continuou suas considerações relatando que sobre a pesca um dos grandes entraves, hoje, são projetos aprovados há 5 anos que estão interditados por causa de uma simples portaria do IBAMA; sobre o FNE, a CNA realizou reunião com as federações e o Banco do Nordeste e está acertando com o Senhor Ferraro e o BNB. Falou também a respeito da questão fundiária na região semiárida do Nordeste, pedindo o apoio da SUDENE e de todos do CONDEL para que revissem o que estava sendo feito, pois prejudicava a sobrevivência dos agricultores, exemplificando o setor canavieiro onde, 90% desses fornecedores tinham menos de 1000 t de cana e que eram todos pequenos produtores assentados da reforma agrária sem auxílio do governo e, por fim, a questão da inadimplência dos agricultores, desta forma seria preciso rever a 11.775 que foi publicada recentemente, e solicitou a ajuda do CONDEL, informando que até com o PRONAF a inadimplência estava crescendo. Finalizou informando que iria apresentar o Projeto de Palmas para a SUDENE, como uma das alternativas para o desenvolvimento da região semiárida. O Presidente retomou a palavra e repassou para o Governador do Maranhão que fez duas observações, uma em relação ao Maranhão, solicitando a nova delimitação do semiárido, pois dos 217 municípios, 45 têm características de semiárido e a



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

segunda observação de interesse comum, elogiou a forma louvável que a SUDENE vem tentando atender as demandas com agilidade, porém, a insuficiência do seu quadro funcional, estava começando a comprometer esta celeridade, de forma que esperava que fosse solucionada, o quanto antes, no que diz respeito ao seu plano de carreira para que não faltem técnicos para examinar o grande número de Projetos que vem chegando à Autarquia. O Senhor Paulo Fontana corroborou, solicitando ao Presidente para aprovação de uma Moção a ser encaminhada ao Ministério do Planejamento em relação ao Plano de Cargos e Carreira e a complementação de sua estrutura regimental e outra ao Congresso Nacional para exercer presteza na aprovação dessa estrutura regimental. O Presidente submeteu a votação das Moções, observando, a pedido, a abstenção do Ministério do Planejamento para a Moção que vai para o Ministério do Planejamento. Aprovado. O Senhor Antonio da Eira solicitou ao Senhor Paulo que, em nome do Conselho, a SUDENE elaborasse as Moções. Passou a palavra para o Conselheiro Aristides, CNTA, que sugeriu pautar um debate sobre a agricultura no Nordeste para socializar com outras áreas da economia, observando que fazia parte da agricultura familiar. Ressaltou ainda que o Governo Federal tem tratado os diferentes de maneira diferente para tentar fazer desenvolvimento com inclusão social, e ponderou que a inadimplência estava com os dias contados pois estavam com uma agenda forte dos movimentos sociais com os BB e BNB para que, à luz da lei 11.775, pudessem até o final de novembro aderir ao crédito do PRONAF. A palavra foi repassada para o Vice-Governador da Bahia que demonstrou grande alegria de sentir a preocupação do Presidente Lula de fortalecer a SUDENE, que tinha o papel fundamental do desenvolvimento social e econômico do Nordeste. Concordou com os demais Governadores, representantes de classe, e do Banco do Nordeste e, que todos sabiam que o maior patrimônio de uma Instituição é o quadro técnico e para a SUDENE não seria diferente. Ressaltou que com apenas 60 técnicos a SUDENE não teria como funcionar e todos deveriam valorizar estes técnicos, pois os Conselheiros permanecerão no CONDEL por 4 anos e esses técnicos serão permanentes e informou ainda, que tivera a notícia, por intermédio do Secretário-Executivo do Planejamento, que existia o Plano de Cargos e Salários da SUDENE e que a intenção era de ser aprovado. Para finalizar agradeceu ao Governador Eduardo Campos que teve a sensibilidade de recebê-los com muito carinho e respeito. O Presidente do CONDEL agradeceu a palavra do Vice-Governador da Bahia e em nome de cada um dos Conselheiros agradeceu ao Governador Eduardo Campos pela generosidade e pela acolhida especial da hospitalidade do povo pernambucano. Agradeceu aos funcionários e àqueles que fizeram com que a reunião acontecesse de forma tão agradável e organizada. Teceu também votos especiais de parabéns à equipe de SUAPE por seus 30 anos, demonstrando sua importância para o desenvolvimento do Nordeste e em nome do Ministério da Integração agradeceu a presença de todos os Conselheiros e às senhoras e senhores que deram o prazer de assistir quase 4 horas de reunião, e antes de encerrar, passou a palavra ao Superintendente da SUDENE, Senhor Paulo Fontana que também agradeceu em nome da SUDENE e em nome do Nordeste ao Governador Eduardo Campos e em especial ao Presidente de SUAPE. Com a palavra, O Governador Eduardo Campos agradeceu a presença de todos e a oportunidade de realizar a 3ª Reunião Ordinária



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
CONSELHO DELIBERATIVO**

do CONDEL e destacou que a SUDENE dependia do empenho de todos para poder estar ativa da forma que todos desejam, saudou a todos, convidou os Conselheiros para uma visita ao Porto de SUAPE, e que estaria esperando com grande expectativa a 4ª Reunião ainda este ano para discutir sobre o FNE e ter a oportunidade de debater sobre o atual momento econômico que vive o país. Deixou claro que era necessária a estruturação da SUDENE, dar condições objetivas, ao seu quadro funcional, para que a Autarquia possa cumprir a enorme tarefa que tem, sabendo que existiam restrições, mas que existia o desafio de colocar também a SUDENE em pleno funcionamento. O Presidente do CONDEL, Senhor Antonio da Eira lembrou que a data da próxima reunião será informada oportunamente pelo Superintendente. Agradeceu a todos e declarou encerrada a sessão, solicitando que fosse lavrada a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada por mim, Paulo Sérgio de Noronha Fontana, Secretário-Executivo do CONDEL e por ele, Secretário-Executivo Luiz Antonio Souza da Eira, Presidente do Conselho Deliberativo. A íntegra, das discussões e apresentações ocorridas durante a reunião, está consignada em gravação disponível aos Conselheiros e, o Registro de Presença dos Conselheiros, devidamente assinado, constitui parte integrante desta Ata.

Luiz Antonio Souza da Eira  
Presidente

Paulo Sérgio de Noronha Fontana  
Secretário-Executivo

**ORIGINAL ASSINADO**